



MINÉRIOS NACIONAL S.A.

CNPJ nº 09.294.881/0001-75 - NIRE: 31300025861

Balancos Patrimoniais - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em Milhares de Reais)				Demonstrações dos Resultados - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Valores expressos em Milhares de Reais - R\$, exceto o lucro por lote de mil ações)			
Notas		31/12/2024	31/12/2023	Notas		31/12/2024	31/12/2023
Ativo				Passivo			
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	3	11.988	85.715	Fornecedores	11	55.811	77.107
Contas a receber	4	1.541	20.438	Fornecedores - Risco sacado	11.a	10.197	-
Tributos a recuperar	6	13.288	47.878	Obrigações tributárias	12	1.645	6.824
Estoque	5	33.972	19.696	Dividendos e juros sobre capital próprio	17	16.479	16.479
Outros ativos	7	992	859	Obrigações sociais e trabalhistas	13	1.486	1.637
				Outras obrigações		11.851	1.148
Total do ativo circulante		61.781	174.586	Total do passivo circulante		97.469	103.195
Não circulante				Não circulante			
Realizável a longo prazo				Provisão para desativação de ativos	16	116.911	110.625
Depósitos judiciais	15	1.391	2.386	Provisões trabalhistas, ambientais e cíveis	15	1.501	1.292
Tributos a recuperar	6	75.254	24.106	Total do passivo não circulante		118.412	111.917
Tributos diferidos	14	-	33.283	Patrimônio líquido			
		76.645	59.775	Capital social integralizado	18	114.952	114.952
Imobilizado	8	130.555	123.486	Reservas			
Intangível	9	1.023	1.002	Dividendos adicionais propostos	19	14.881	15.425
		131.578	124.488	Outros resultados abrangentes		(1.521)	(1.521)
		208.223	184.263	Prejuízos acumulados		(74.189)	-
Total do ativo não circulante		208.223	184.263	Total do patrimônio líquido		54.123	143.737
Total do ativo		270.004	358.849	Total do passivo e patrimônio líquido		270.004	358.849

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações da Mutação do Patrimônio Líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em Milhares de Reais)				Demonstrações do Resultado Abrangente - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em Milhares de Reais)			
Capital social		Legal	Dividendos adicionais propostos	Lucros/(Prejuízos) acumulados	Resultados abrangentes	Total	
Saldo em 31 de dezembro de 2022		114.952	14.201	-	(1.521)	127.632	-
Lucro do exercício		-	-	24.489	-	24.489	-
Constituição de reservas		1.224	-	(1.224)	-	-	-
Antecipação de JSCP		-	-	(8.384)	-	(8.384)	-
Dividendos adicionais propostos		-	14.881	(14.881)	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2023		114.952	15.425	14.881	(1.521)	143.737	(89.614)
Prejuízo do exercício		-	-	(89.614)	-	(89.614)	-
Absorção do prejuízo		(15.425)	-	15.425	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2024		114.952	14.881	(74.189)	(1.521)	54.123	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras para os Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em Milhares de Reais, exceto quando mencionado de outra forma)

1. Contexto Operacional: A Minérios Nacional S.A., referida adiante como "MIPE" ou "Companhia", foi constituída em 2007, é uma empresa de capital fechado e está sediada em Congonhas, no estado de Minas Gerais. A Companhia tem como controladora a Companhia Siderúrgica Nacional ("CSN" ou "Controladora CSN") e tem como objeto a exploração da atividade mineral em todo o território nacional e no exterior, compreendendo aproveitamento de jazidas minerais, pesquisa, exploração, extração, comercialização de minérios em geral e de subprodutos derivados da atividade mineral, beneficiamento, industrialização, transporte, embarque, prestação de serviços de mineração, importação e exportação de minérios em geral e participação no capital de outras sociedades nacionais ou internacionais constituídas sob qualquer forma societária e qualquer que seja o objeto social. A Companhia opera e desenvolve suas operações de mineração no Quadrilátero Ferrífero, em Minas Gerais, onde possui direitos de exploração de recursos minerais, bem como instalações de processamento de minério de ferro. Em novembro de 2015 no âmbito da combinação de negócios de mineração realizada por sua controladora, a Companhia recebeu o acervo das operações de Fernando I, Fernando II, Cayman e Pedras Pretas. Com a incorporação dos ativos, o produto gerado em suas operações, é substancialmente comercializado no mercado interno. Os preços que vigoram nesses mercados são historicamente cíclicos e sujeitos a flutuações significativas em períodos curtos, em decorrência de vários fatores relacionados à demanda mundial, às estratégias adotadas pelos principais produtores de aço e à taxa de câmbio. Todos esses fatores estão fora do controle de gestão da Companhia. **Continuidade Operacional:** A Administração entende que a Companhia possui os recursos adequados para dar continuidade às suas operações, ao mesmo tempo que avalia a abertura de novas frentes de lavra, sujeita a obtenção de novas licenças, e se necessário, contará com suporte financeiro da Controladora. Desta forma, estas demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foram preparadas com base no pressuposto de continuidade operacional.

2. Base de Preparação e Declaração de Conformidade: 2.a) Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras foram preparadas e estão apresentadas de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC") e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e apenas essas informações correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão. 2.b) Base de apresentação: As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico e ajustadas para refletir: (i) a mensuração ao valor justo de determinados ativos e passivos financeiros, bem como os ativos dos planos de pensão; e (ii) perdas pela redução ao valor recuperável de ativos ("impairment"). Quando os CPCs permitem a opção entre o custo de aquisição ou outro critério de mensuração, o critério do custo de aquisição foi utilizado. A preparação dessas demonstrações financeiras requer da Administração o uso de certas estimativas contábeis, julgamentos e premissas que afetam a aplicação das práticas contábeis e os valores reportados na data do balanço dos ativos, passivos, receitas e despesas poderão divergir dos resultados reais futuros. As premissas utilizadas são baseadas no histórico e outros fatores considerados relevantes e são revisados pela Administração da Companhia. As políticas contábeis e estimativas críticas, quando aplicável e relevantes, estão incluídas nas respectivas notas explicativas e são consistentes com o exercício anterior apresentado, conforme apresentado abaixo: **Nota explicativa 16 - Provisões trabalhistas, ambientais e depósitos judiciais;** **Nota explicativa 17 - Provisões de desativação de ativos;** As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração em 05 de dezembro de 2025. 2.c) Moeda funcional e moeda de apresentação: Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico. As demonstrações financeiras estão apresentadas em R\$ (reais), que é a moeda funcional da Companhia. 2.d) Adoção dos CPC novos e revisados: Determinadas novas normas e interpretações contábeis foram publicadas, mas não são obrigatórias para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e não foram adotadas antecipadamente pela Companhia. Não se espera que essas normas tenham impacto material sobre a Companhia no exercício corrente ou nas futuras demonstrações financeiras.

3. Caixa e Equivalentes de Caixa

	31/12/2024	31/12/2023
Disponibilidades	66	140
Caixa e bancos		
Aplicações financeiras	11.922	85.575
Títulos privados	11.988	85.715

Os recursos financeiros disponíveis no país são aplicados em Certificados de Depósitos Bancários (CDB) com rendimentos atrelados à variação dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDI). Política Contábil: Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de liquidez imediata, resgatáveis no prazo de até 90 dias da data de contratação, prontamente conversíveis em um montante conhecido como caixa e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado.

8. Imobilizado: 8.a) Composição do imobilizado:

	Terrenos	Edificações e Infraestrutura	Máquinas, equipamentos e instalações	Móveis e Utensílios	Obras em andamento	Direito de Uso	Outros (*)	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023	190	20.109	39.809	300	54.239	-	8.839	123.486
Custo	190	70.703	84.093	410	54.239	464	15.797	225.896
Depreciação acumulada	-	(50.594)	(44.284)	(110)	-	(464)	(6.958)	(102.410)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	190	20.109	39.809	300	54.239	-	8.839	123.486
Aquisições	-	-	287	26	24.033	-	-	24.346
Baixas e perdas estimadas, líquidas de reversão	-	-	64	-	-	-	(57)	7
Transferência entre grupos - intangível	-	-	-	-	-	-	(23)	(23)
Transferências para outras categorias de ativos	-	-	-	-	(12.040)	-	207	-
Depreciação	-	(1.676)	(13.241)	(34)	-	(231)	(2.310)	(17.492)
Remensuração do Direito de Uso	-	-	-	-	-	231	-	231
Saldo em 31 de dezembro de 2024	190	18.433	38.752	292	66.232	-	6.656	130.555
Custo	190	70.703	95.743	436	66.232	464	15.750	249.518
Depreciação acumulada	-	(52.270)	(56.991)	(144)	-	(464)	(9.094)	(118.963)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	190	18.433	38.752	292	66.232	-	6.656	130.555

(*) Refere-se substancialmente a benfeitorias, veículos e hardware. O prazo de vida útil estimada, em anos, os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 são as seguintes:

	31/12/2024	31/12/2023
Edificações	15	15
Máquinas, equipamentos e instalações	7	7
Móveis e utensílios	11	11
Outros	4	4

Política Contábil: Registrado pelo custo de aquisição, formação ou construção menos depreciação ou exaustão acumulada e redução ao valor recuperável. A depreciação é calculada pelo método linear com base na vida útil remanescente dos bens ou pelo prazo do contrato, dos dois o menor. A exaustão das minas é calculada com base na quantidade de minério extraída e terrenos não são depreciados visto que são considerados como de vida útil indefinida. Os demais gastos são lançados à conta de despesa quando incorridos. **Custos de Desenvolvimento de Novas Jazidas de Minério:** Custos para o desenvolvimento de novas jazidas de minério, ou para a expansão da capacidade das minas em operação são capitalizados e amortizados pelo método de unidades produzidas (extraídas) com base nas quantidades prováveis e comprovadas de minério. **Gastos com Exploração:** Gastos com exploração são reconhecidos como despesas até se estabelecer a viabilidade da atividade de mineração; após esse período os custos subsequentes são capitalizados. **Gastos de Remoção de Estéril:** Os gastos incorridos durante a fase de desenvolvimento de uma mina, antes da fase de produção, são contabilizados como parte dos custos depreciáveis de desenvolvimento. Subsequentemente, estes custos são amortizados durante o período de vida útil da mina com base nas reservas prováveis e provadas. **Custos de Estéril:** Os custos de estéril incorridos na fase de produção são adicionados ao valor do estoque, exceto quando é realizada uma campanha de extração específica para acessar depósitos mais profundos da jazida. Neste caso, os custos são capitalizados e classificados no ativo não circulante e são amortizados ao longo da vida útil da jazida.

9. Intangível

	Software	Direitos e licenças	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023	2	1.000	1.002
Custo	2	1.000	1.002
Saldo em 31 de dezembro de 2023	2	1.000	1.002
Transferência entre grupos - imobilizado	(2)	-	(2)
Amortização	(2)	-	(2)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	2	1.000	1.023
Custo	30	1.000	1.030
Amortização acumulada	(7)	-	(7)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	23	1.000	1.023

O prazo de vida útil estimada, em anos, os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 são as seguintes:

	31/12/2024	31/12/2023
Software	5	5

Política Contábil: São registrados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. O custo é determinado utilizando-se o método do custo médio ponderado. O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreende matérias-primas, mão de obra, outros custos diretos (baseados na capacidade normal de produção). O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para efetuar a venda. Perdas estimadas em estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias.

6. Tributos a Recuperar

	31/12/2024	31/12/2023
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços	29.343	23.173
Imposto de renda	8.865	10.520
PIS e COFINS	44.172	32.822
Contribuição social	4.656	3.970
Compensação financeira pela exploração de recursos minerais	1.494	1.494
Outros	12	5
88.542	71.984	

Classificado: Circulante 13.288 47.878 Não Circulante 75.254 24.106 **88.542** **71.984**

Política Contábil: O saldo dos tributos a recuperar mantidos no curto prazo estão previstos para serem compensados nos próximos 12 meses, assim com base em análises e projeção orçamentária aprovada pela Administração, não há previsão de riscos de não realização desses créditos tributários, desde que tais projeções orçamentárias se concretizem. **7. Outros Ativos:** Os grupos de outros ativos possuem a seguinte composição:

	31/12/2024	31/12/2023
Adiantamento 13º salário	2	5
Férias para empregados	61	100
Empréstimos para empregados	26	40
Outros débitos de empregados	56	81
Prêmios de seguros a apropriar	399	402
Vale transporte	2	2
Acordo coletivo a apropriar	446	229
992	859	

Política Contábil: Os ativos intangíveis compreendem basicamente os ativos adquiridos de terceiros. Esses ativos são registrados pelo custo de aquisição ou formação e deduzidos da amortização calculada pelo método linear com base na vida útil econômica de cada ativo, nos prazos estimados de exploração ou recuperação. Direitos de Exploração mineral são classificados como direitos e licenças no grupo intangível. Os ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados.

10. Instrumentos Financeiros: 10.b) Identificação e valorização dos instrumentos financeiros: A Companhia opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, incluindo aplicações financeiras, títulos e valores mobiliários, contas a receber de clientes e contas a pagar. Adicionalmente, também pode operar com instrumentos financeiros derivativos, como operações de swap de juros e derivativo de commodity. Considerando a natureza dos instrumentos, o valor justo é basicamente determinado pelo uso de cotações no mercado aberto de capitais do Brasil e Bolsa de Mercadorias e Futuros. Os valores registrados no ativo e no passivo circulante têm liquidez imediata ou vencimento, em sua maioria, em prazos inferiores a três meses. Considerando o prazo e as características desses instrumentos, os valores contábeis aproximam-se dos valores justos. **Classificação de instrumentos financeiros:**

	31/12/2024		31/12/2023		
	Notas	custo amortizado	Saldos	custo amortizado	Saldos
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalente de caixa	3	11.988	11.988	85.715	85.715
Contas a receber	4	1.541	1.541	20.438	20.438
Total do ativo		13.529	13.529	106.153	106.153
Passivo					
Circulante					
Fornecedores	11	45.614	45.614	77.107	77.107
Fornecedores Risco Sacado	11.a	10.197	10.197	-	-
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	17	16.479	16.479	16.479	16.479
Total Passivo		72.290	72.290	93.586	93.586

A Companhia não possui instrumentos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado, em 31 de dezembro de 2024. **10.c) Gestão de riscos financeiros:** A Companhia segue política de gerenciamento de risco de seu acionista controlador, a CSN. Nos termos dessa política, a natureza e a posição geral dos riscos financeiros são regularmente monitoradas e gerenciadas a fim de avaliar os resultados e o impacto financeiro no fluxo de caixa. Também são revisados, periodicamente, os limites de crédito das contrapartes. Nos termos dessa política, os riscos de mercado são protegidos quando é considerado necessário suportar a estratégia corporativa ou quando é necessário manter o nível de flexibilidade financeira. **Risco de preço de mercado:** A Companhia também está exposta aos riscos de mercado relacionados à volatilidade dos preços de commodities e de insumos. Em linha com a sua política de gestão de riscos, estratégias de mitigação de risco envolvendo commodities podem ser utilizadas para reduzir a volatilidade do fluxo de caixa. Essas estratégias de mitigação podem incorporar instrumentos derivativos, predominantemente operações a termo, futuros e opções. **Risco de liquidez:** É o risco de a Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar

11. Fornecedores

	Ref.	31/12/2024	31/12/2023
Fornecedores - terceiros	11	54.503	1.136
Fornecedores Risco sacado	11.a	10.197	-
Fornecedores partes relacionadas	17	1.308	1.308
Juros sobre capital próprio a pagar	17	16.479	16.479
Total		82.487	29,823

11.d) Fornecedores - Risco Sacado

	31/12/2024	31/12/2023
No Brasil	10.197	-
Total	10.197	-

A Companhia divulga e classifica em grupo específico as suas operações de risco sacado com fornecedores onde a natureza dos títulos continua a fazer parte do ciclo operacional da Companhia. Referidas operações são negociadas junto a instituições financeiras para possibilitar aos fornecedores da Companhia a antecipação de recebíveis decorrentes de vendas de mercadorias e, consequentemente, o alongamento dos prazos de pagamento das obrigações da própria Companhia. O quadro abaixo fornece a comparação dos prazos de pagamento das faturas com e sem operação de risco sacado, se tratando somente de aquisição de mercadorias, para a data base de 31 de dezembro de 2024:

	Risco Sacado	Sem Risco Sacado
A vencer entre 1 a 180 dias	3.652	33.510
A vencer entre 181 a 360 dias	6.545	2.301
Total	10.197	35.811

Política Contábil: São reconhecidos inicialmente pelo valor justo, e posteriormente mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos e trazidas ao valor presente quando aplicável na data das transações, com base em taxa estimada do custo de capital da Companhia.

12. Obrigações Tributárias

	31/12/2024	31/12/2023
Imposto de renda	61	5.291
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços	182	46
Imposto sobre serviço	463	233
Compensação financeira pela exploração de recursos minerais (CFEM)/TFRM	679	1.254
Outros	260	-
Total	1.645	6.824

13. Outras Obrigações

	31/12/2024	31/12/2023
Adiantamento de clientes - partes relacionadas ⁽¹⁾	10.534	18
Participação sobre lucro - empregados	905	1.



continuação

14.b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda, a base negativa de contribuição social e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras.

	31/12/2024	31/12/2023
Diferenças temporárias		
- Provisões fiscais, previdenciárias, trabalhistas, cíveis e ambientais	-	439
- Perdas estimadas em ativos	-	284
- Provisão pra descomissionamento (ARO)	-	32.185
- Outras	-	375
Total	-	33.283

A Companhia decidiu por realizar a baixa integral, por impairment, do ativo de imposto diferido registrado no resultado do exercício de 2024, em razão da ausência de expectativa de geração de lucros tributáveis futuros que permitam sua realização. A Administração avaliou os preceitos do IFRIC 23 - "Uncertainties Over Income Tax Treatments" e considera que não há razões para que as autoridades fiscais diverjam dos posicionamentos fiscais adotados pela Companhia. Desta forma, não foram reconhecidas quaisquer provisões adicionais de imposto de renda e contribuição social em decorrência da avaliação de aplicação do IFRIC 23 na demonstração financeira em 31 de dezembro de 2024. **Política Contábil:** O imposto de renda e contribuição social corrente são calculados com base nas leis tributárias promulgadas, na data do balanço, inclusive nos países em que as entidades do Grupo atuam e geram lucro tributável. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas nas apurações de tributos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável está sujeita a interpretações e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos e são reconhecidos no resultado, a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido. A despesa com imposto de renda e contribuição social em decorrência da avaliação de aplicação do IFRIC 23 na demonstração financeira em 31 de dezembro de 2024, utiliza uma alíquota nominal aprovada ou substancialmente aprovada na data do balanço patrimonial, e qualquer ajuste de tributos a pagar relacionado a exercícios anteriores. O imposto de renda e contribuição social correntes são apresentados líquidos, por empresa integrante da Companhia, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. O imposto diferido não é reconhecido para diferenças temporárias decorrentes do reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja combinação de negócios, que não afete nem o lucro contábil tampouco o lucro ou prejuízo fiscal, diferenças relacionadas a investimentos em subsidiárias e entidades controladas quando seja provável que elas não revertam num futuro previsível e do reconhecimento inicial de ações, de acordo com IAS 12/CPC 32 - Tributos Sobre o Lucro. O valor do imposto diferido determinado é baseado na expectativa de realização ou liquidação da diferença temporária e utiliza a alíquota nominal aprovada ou substancialmente aprovada. Os ativos e passivos fiscais diferidos são apresentados pelo valor líquido no balanço patrimonial quando há o direito legal e a intenção de compensá-lo quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma autoridade legal e mesma autoridade fiscal. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos sobre os saldos recuperáveis de prejuízo fiscal e base negativa de CSLL, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis. Tais ativos são revisados a cada data de encerramento de exercício e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável com base em lucros tributáveis futuros.

15. Provisões Trabalhistas, Cíveis, Ambientais e Depósitos Judiciais: Estão sendo discutidas nas esferas competentes, ações e reclamações de diversas naturezas. O detalhamento dos valores provisionados e respectivos depósitos judiciais relacionados a essas ações estão apresentados a seguir:

	Passivo Provisionado		Depósitos Judiciais	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Trabalhistas	1.454	1.239	1.324	2.323
Cíveis	47	47	67	63
Ambientais	-	6	-	-
Total	1.501	1.292	1.391	2.386

A movimentação das provisões trabalhistas, cíveis e ambientais no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 pode ser assim demonstrada:

Natureza	Não Circulante			
	31/12/2023	Adições	Atualização líquida	Utilização líquida de reversão
Trabalhista	1.239	68	201	(54)
Cível	47	-	-	47
Ambiental	6	-	-	(6)
Total	1.292	68	201	(60)

As provisões tributárias, trabalhistas, cíveis e ambientais foram estimadas pela Administração, consistentemente significativamente na avaliação de assessores jurídicos, sendo registradas apenas as causas que se classificam como risco de perda provável. **Processos Tributários:** Os principais processos que são considerados pelos consultores jurídicos externos como probabilidade de perda possível, que figuram como parte a Mineração Nacional, de natureza tributária são (i) autos de infração estaduais de ICMS (glosa de créditos e benefícios fiscais), (ii) ISS - enquadramento de serviço prestado, (iii) CFEM e (iv) Pedidos de compensação (PERDUCOMP) não homologados por suposta inexistência do direito creditório. **Processos trabalhistas:** A Mineração Nacional figura como réu, em 31 de dezembro de 2024, 43 reclamações trabalhistas. Os pleitos das ações, em sua grande maioria, estão relacionados com a responsabilidade subsidiária e/ou solidária, equiparação salarial, adicionais de insalubridade e periculosidade, horas extras, horas in itinere, e ações indenizatórias decorrentes de suposto acometimento de doenças ocupacionais ou acidentes do trabalho. Ao longo do exercício findo em 31 de dezembro de 2024 houve movimentação de adições e baixas de processos trabalhistas decorrentes de encerramento definitivo, além da constante revisão das estimativas contábeis da Companhia em relação às provisões e contingências, que consideram as diferentes naturezas das reclamações envolvidas, conforme estabelecido nas políticas contábeis da Companhia. **Processos cíveis:** Dentre os processos judiciais cíveis em que figura como réu, encontram-se, principalmente, ações com pedido de indenização. Tais processos, em geral, são decorrentes de discussões contratuais, relacionadas às atividades de mineradora da companhia. **Processos ambientais:** Dentre os processos administrativos ambientais em que a Companhia figura como autuada, encontram-se, procedimentos visando a constatação de possíveis ocorrências de irregularidades ambientais e eventuais não atendimentos de condicionantes de licenças ambientais. **Processos Administrativos e Judiciais Possíveis:** A tabela a seguir demonstra um resumo do saldo das principais matérias classificadas como risco possível em 31 de dezembro de 2024.

	31/12/2024	31/12/2023
Processos Tributários	13.565	10.063
Processos Trabalhistas	9.630	9.594
Processos Cíveis	13.598	12.178
Processos Ambientais	818	3.200
Total	37.611	35.035

As avaliações efetuadas por assessores jurídicos definem esses processos administrativos e judiciais como risco de perda possível, não sendo provisionados em conformidade com o julgamento da Administração e com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Política Contábil:** São registradas apenas as provisões classificadas como risco de perda provável estimadas e consideradas pela Administração consistentemente significativamente na avaliação dos seus assessores jurídicos e que serão necessárias para liquidar a obrigação. Essa obrigação é atualizada de acordo com a evolução do processo judicial ou encargos financeiros incorridos e pode ser revertida caso a estimativa de perda não seja mais considerada provável devido a mudanças nas circunstâncias, ou baixada quando a obrigação for liquidada.

16. Provisão de Desativação de Ativos: O saldo da provisão de desativação de ativos pode ser assim demonstrado:

	31/12/2024	31/12/2023
Desativação de ativos	116.911	110.625
	116.911	110.625

16.a) Desativação de Ativos: As obrigações com desativação de ativos consistem em estimativas de custos por desativação, desmobilização ou restauração de áreas ao encerramento das atividades de exploração e extração de recursos minerais. A mensuração inicial é reconhecida como um passivo descontado a valor presente e, posteriormente, pelo acréscimo de despesas ao longo do tempo. O custo de descontinuidade de ativos equivalente ao passivo inicial é capitalizado como parte do valor contábil do ativo sendo depreciado durante o período de vida útil do ativo. A Companhia possui o saldo referente a custos com desativação dos ativos minerais, devido principalmente a: i) revisão no processo de descaracterização das barragens; e ii) aplicação dos índices de inflação sobre os custos. **Política Contábil:** As obrigações com desativação de ativos "A.R.O." (Asset retirement obligation) consistem em estimativas de custos por desativação, desmobilização ou restauração de

Aos Administradores e Acionistas da **Minérios Nacional S.A.** São Paulo - SP

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Minérios Nacional S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nesta data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nesta data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Ênfase: Transações com partes relacionadas:** Chamamos a atenção para a Nota Explicativa no 17 às demonstrações financeiras, que descrevem que as vendas de minério de ferro da Companhia estão substancialmente concentradas em sua parte relacionada CSN Mineração S.A. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada

áreas ao encerramento das atividades de exploração e extração de recursos minerais. A mensuração inicial é reconhecida como um passivo descontado a valor presente e, posteriormente, pelo acréscimo de despesas ao longo do tempo. O custo de desativação de ativos equivalente ao passivo inicial é capitalizado como parte do valor contábil do ativo sendo depreciado durante o período de vida útil do ativo.

17. Partes Relacionadas: 17.a) Relacionamentos com partes relacionadas: A CSN é a acionista controladora da Companhia detendo 99,99% de participação no capital social total a MIPE, por sua vez é controlada pela Vicunha Aços S.A., que detém 40,99% do capital social total da CSN. A CSN é uma empresa de capital aberto e publica suas demonstrações financeiras no mercado brasileiro e americano. As demonstrações financeiras da CSN foram aprovadas em 12 de março de 2025.

17.b) Transações com controlador e outras partes relacionadas

	31/12/2024			31/12/2023		
	Ref. Controladora	Outras partes relacionadas	Total Controladora	Outras partes relacionadas	Total	
Ativo						
Ativo circulante						
Aplicações financeiras		31	31	28	28	
Contas a receber (1)	4	1.497	1.506	9	20.402	20.411
		1.528	1.537	9	20.430	20.439
Passivo						
Passivo circulante						
Fornecedores	11	-	1.308	1.308	-	1.136
Adiantamento de clientes	13	72	10.862	10.934	169	-
Juros sobre capital próprio (2)		31.360	-	31.360	16.479	-
		31.432	12.170	43.602	16.648	1.136
						17.784
						31/12/2023
Recíproca líquida e custos						
Vendas (1)	1	123.202	123.203	27	210.363	210.390
Custos e despesas	(114)	(6.926)	(7.040)	(1)	(15.394)	(15.395)
Resultado financeiro						
Juros		(61)	(61)	-	57	57
		(113)	116.215	116.102	26	195.026
						195.052

Comentários sobre as principais transações e saldos com partes relacionadas: 1 - Contas a Receber: A Companhia realiza venda de minério de ferro no mercado interno para a CSN Mineração. Em 31 de dezembro de 2024 o saldo das contas a receber com a CSN Mineração era de R\$1.497. 2 - Juros sobre Capital Próprio: JCP a pagar a Controladora no montante de R\$31.360. 3 - Vendas: A Companhia realiza especialmente venda de minério de ferro no mercado interno para a CSN Mineração. 17.c) **Outras partes relacionadas:** Banco Fibra: O Banco Fibra está sob a mesma estrutura de controle da Vicunha Aços S.A., controladora direta da CSN, e as transações financeiras com esse banco estão limitadas a movimentações em contas correntes e aplicações financeiras em renda fixa. **Política Contábil:** As transações com partes relacionadas foram realizadas pela Companhia em termos equivalentes aos que prevalecem em transações de mercado, observando o preço e as condições usuais do mercado, portanto, essas transações estão em condições que não são menos favoráveis para a Companhia do que aquelas negociadas com terceiros. As partes relacionadas da Companhia podem ser sua Controladora e o grupo econômico onde está inserida, bem como o pessoal-chave da Administração da Companhia.

18. Patrimônio Líquido: 18.a) Capital social integralizado: O capital social totalmente subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2024 e 2023 e de R\$ 114.552 e dividido em 141.719.296 de ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal. Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral. **18.b) Reserva legal:** Constituída a razão de 5% do lucro apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76 até o limite de 20% do capital social. **8.c) Composição acionária:** Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 a composição acionária é a seguinte:

	31/12/2024				31/12/2023			
	Quantidade de ações Ordinárias	% Total de ações	% Capital votante		Quantidade de ações Ordinárias	% Total de ações	% Capital votante	
Companhia Siderúrgica Nacional ("CSN")	141.719.295	100,00%	100,00%		141.719.295	100,00%	99,99%	
Companhia Florestal do Brasil ("CFB")	1	0,00%	0,00%		1	0,00%	0,01%	
Total	141.719.296	100%	100,00%		141.719.296	100%	100,00%	

18.d) Resultado por ação: O resultado por ação básico foi calculado com base no resultado atribuído aos acionistas dividido pela quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o exercício, conforme abaixo:

	31/12/2024	31/12/2023
Média ponderada da quantidade de ações	(89.614)	24.489
Lucro/(Prejuízo) por lote de mil ações - R\$	141.719.296	141.719.296
	(0,632)	0,173

Lucro/(Prejuízo) do Exercício
Média ponderada da quantidade de ações

	31/12/2024	31/12/2023
Lucro/(Prejuízo) por lote de mil ações - R\$	141.719.296	141.719.296
	(0,632)	0,173

Política Contábil: Capital Social: Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos. **Lucro/(Prejuízo) por ação:** O lucro/prejuízo por ação básico é calculado por meio do lucro líquido/prejuízo do exercício atribuído aos acionistas controladores da Companhia e à média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo período. O lucro/prejuízo por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, nos períodos apresentados. A Companhia não possui potenciais instrumentos conversíveis em ações e, consequentemente, o lucro/prejuízo por ações diluído é igual ao lucro/prejuízo por ações básico. **Destinação de resultado:** A Companhia adota uma política de distribuição de lucros que, observadas as disposições constantes da Lei nº 6.404/76 alterada pela Lei nº 9.457/97, implicará na destinação de todo o lucro líquido aos seus acionistas, desde que preservadas as seguintes prioridades, independentemente de sua ordem: (i) a estratégia empresarial; (ii) o cumprimento das obrigações; (iii) a realização dos investimentos necessários; e (iv) a manutenção de uma boa situação financeira da Companhia. De acordo com o artigo 29 do Estatuto Social da Companhia, serão distribuídos como dividendos, em cada exercício social, no mínimo 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76, adicionalmente a Companhia poderá distribuir dividendos adicionais de 25% do lucro ajustado, após a retenção do montante previsto em orçamento de capital, se houver, que ficará destacado no passivo circulante.

19. Remuneração aos Acionistas: 19.a) Destinação de resultado:

	31/12/2024	31/12/2023
Lucro/(Prejuízo) do exercício	(89.614)	24.489
Reserva legal	5%	(1.224)
Lucro/(Prejuízo) para destinação	(89.614)	23.265
JCP e dividendos antecipados	-	(8.384)
Dividendos adicionais propostos (1)	-	(14.881)

(1) Os valores de dividendos adicionais foram aprovados na Assembleia Geral Ordinária (AGO) e, consequentemente, reclassificados para o passivo, no grupo de dividendos e juros sobre capital próprio.

20. Receita Operacional Líquida: A seguir é apresentada uma conciliação das receitas brutas com as receitas líquidas apresentadas na demonstração do resultado do exercício.

	31/12/2024	31/12/2023
Receita Bruta		
Mercado interno	123.254	210.659
Deduções		
Impostos incidentes sobre vendas (1)	(2)	(110)
Receita Líquida	123.252	210.549

(1) ICMS diferido de acordo com RICMS/2002 - anexo II item 29 e isenção de PIS e COFINS através da Lei de incentivo à exportação.

Política Contábil: A partir de 1º de janeiro de 2018 o CPC 47 foi adotado pela Companhia suas receitas são reconhecidas assim que todas as condições abaixo forem satisfeitas: • Identificação do contrato de venda de bens ou prestação de serviços; • Identificação das obrigações de desempenho; • Determinação do valor do contrato; • Apurações do valor alocado a cada uma das obrigações de desempenho incluídas no contrato; e • Reconhecimento de receita ao longo do tempo ou quando as obrigações de desempenho são concluídas. A Companhia reconhece a receita das vendas de ferro quando o controle do produto é transferido para os clientes, o que geralmente ocorre, quando o produto é carregado no trem ou entregue para o cliente. A receita operacional da venda de bens no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação que a entidade espera receber em troca da entrega do bem ou serviço prometido ao cliente.

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração destas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidades pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, podem influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de

21. Despesas por Natureza

	31/12/2024	31/12/2023
Mão de obra	(23.492)	(22.466)
Suprimentos	(11.812)	(12.236)
Manutenção	(49.923)	(48.387)
Serviços	(19.599)	(19.112)
Frete	(13.921)	(18.461)
Finos de barragem (1)	22.161	-
Frete	(17.494)	(14.256)
Depreciação	(7.528)	(9.994)
Outros	(121.608)	(144.912)

Classificados como:
Custo dos produtos vendidos (106.972) (125.960)
Despesas com vendas (13.921) (18.461)
Despesas gerais e administrativas (715) (491)
Total (121.608) (144.912)

(1) A redução observada decorre do reconhecimento acumulado, até o mês de agosto de 2024, de 835 Kton de finos de barragem anteriormente classificados como minério bruto. Esse volume foi reconhecido no valor de R\$ 22.070, com contrapartida a crédito no Custo dos Produtos Vendidos (CPV). As adições da depreciação, amortização e exaustão do exercício foram distribuídas conforme abaixo.

	31/12/2024	31/12/2023
Custo de Produção	17.494	14.256
Crédito de PIS e Cofins sobre arrendamento	-	12
Total	17.494	14.268

22. Outras Receitas e Despesas Operacionais

	31/12/2024	31/12/2023
Outras receitas operacionais		
Indenizações/Ganhos processos judiciais	4	-
Multas Contratuais	74	6
Outras receitas	274	2
	352	8

Outras despesas operacionais
Impostos e taxas (405) (141)
(Despesas)/reversão com processos judiciais (1.498) 210
(Perdas)/reversão estimadas em estoques (7.003) (5.015)
Valor residual de bens permanentes baixados 64 (47)
Despesas com estudos e engenharia de projetos (1) (9.810)
Despesas com passivo ambiental liquidadas (29.184) (13.365)
Depreciação de equipamentos paralisados (370) (434)
Despesas com planos emergenciais (2) (556) (2.024)
Outras despesas (57) (691)
Total (40.202) (31.318)
Total (38.850) (31.310)

Outras receitas e (despesas) operacionais líquidas
(1) Refere-se a estudo geológico da UIA em Arcos e Pains/MG e estudo ambiental relacionado ao solo.
(2) Refere-se aos gastos excedentes que ocorrem nos períodos de chuva para funcionamento das operações das minas.
(3) Refere-se aos gastos voltados à recuperação ambiental.

23. Receitas e Despesas Financeiras

	Ref.	31/12/2024	31/12/2023
Receitas financeiras			
Partes relacionadas	17	61	57
Receitas sobre aplicações financeiras		4.627	12.438
Juros e multas		4	951
		4.692	13.446

Despesas financeiras
Pass

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Certisign Assinaturas. Para verificar as assinaturas clique no link: <http://assinaturas.certisign.com.br/Verificar/115E-0587-4B51-5CFD> ou vá até o site <http://assinaturas.certisign.com.br> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 115E-0587-4B51-5CFD



Hash do Documento

UhbfRUB+UWZ/p8Jn/erAJOWVUUhODbHNI9X2U5ZVjx0=

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 29/12/2025 é(são) :

- Ruy Adriano Borges Muniz (ADMINISTRADOR) - 19.207.588/0001-87 em 29/12/2025 14:54
UTC-03:00
Tipo: Certificado Digital - EDIMINAS S A EDITORA GRAFICA INDUSTRIAL DE MINAS - 19.207.588/0001-87

Evidências

Geolocation: Latitude: -19.932256 Longitude: -43.9603565 Accuracy: 3837.787170645617

IP: 172.16.4.14

AC: AC LINK RFB v2

